

Romantismo propriamente dito) é uma época fascinante de discussões históricas, críticas, institucionais e políticas acerca do escopo, propriedades e finalidades da literatura, que Jorge Bastos da Silva descreve com uma solidez académica e um escopo bibliográfico notáveis.

A Instituição da Literatura interessará, por isso, a teóricos da literatura (sobretudo no Capítulo 1, uma espécie de proposição quase *camoniana*, e no mais reflexivo Capítulo 5), a filósofos, a historiadores das ideias, a historiadores *tout court* e, de um modo geral, a todos quantos se dedicam a discutir esse monstro aparentemente intratável ao qual chamamos «literatura». F. E. Sparshott escreveu um dia que «todas as instituições e modos de comportamento humanos, entre os quais devemos seguramente contar a literatura, são o que são na medida em que caibam no conjunto dos propósitos humanos». Deste ponto de vista, torna-se subitamente importante saber o que coube aonde numa época em que se discutia literatura muito a sério, e é isto que o livro de Bastos da Silva faz. «A literatura», diz Edward Davenport, «é um relato de acontecimentos em movimento», o que nos diz que, quanto mais soubermos do que a literatura foi, mais saberemos seguramente de para onde ela vai.

Ricardo Namora

**LITERATURA PORTUGUESA
E A CONSTRUÇÃO DO PASSADO
E DO FUTURO**

**HELENA BUESCU E TERESA CRISTINA
CERDEIRA (orgs.)**

Casal de Cambra, Caleidoscópio/

Comissão Nacional

**para as Comemorações do Centenário
da República, 2011**

352 páginas, ISBN 978-989-658101-5

Na era dos «PSI 20», das dívidas soberanas, dos défices e dos mercados financeiros em que 5% da população mundial (pessoas muito sérias a que se convencionou chamar «investidores») especula livremente com a riqueza criada pelos restantes 95%, é muito natural que todos os objetos criados por seres humanos para serem consumidos por outros seres humanos sejam descritos à luz de uma *ratio* de custo/benefício. Nesta era próspera, justa e ideal, ser-nos-á dito que uma coisa de que algumas pessoas se ocupam, e que em tempos se chamou literatura, não serve para absolutamente nada – ou, na melhor das hipóteses, apenas para que alguns «investidores» coloquem, retirem e recolorem no mercado produtos que queiram dizer «lucro». Dentro de uma lógica utilitária desta natureza, é perfeitamente plausível que o conhecimento literário e, por extensão, o lastro epistemológico das humanidades esteja, nos dias que correm, a «negociar em baixa», e tenha deixado de ser um

«peso-pesado» das bolsas de valores. Isto, pelo menos, é certo.

Menos consensual será, talvez, a opinião acerca do lugar e da duração histórica da República Portuguesa, tópico recuperado, e debatido, numa altura em que a mesma cumpre o seu centenário. Isto por que, em rigor, a república à portuguesa foi amputada de quase metade da sua história, tendo sido substituída ao longo de quatro décadas por um período que só eufemisticamente pode ser chamado de «Segunda República», e onde coisas como câmaras corporativas e colégios eleitorais tomaram o lugar da democracia representativa que hoje conhecemos. Por este motivo aparentemente trivial, mas incontornável, parecem surgir dúvidas em relação à verdadeira natureza não só da república mas, igualmente, em relação à duração efetiva da sua «vida activa». Este problema torna-se mais premente, e complexo, quando estão em causa as comemorações de um aniversário – o centésimo – que, mais do que uma data festiva, se tornou num momento de convocação, de balanço e reflexão acerca dos tópicos ideológicos, políticos e culturais que constituem a república portuguesa.

Mas como se constitui *realmente* esta república? E como justificar que uma república amputada complete cem anos quando, efetivamente, não tem muito mais do que a metade desse número? Historicamente, a república *qua* república só parece legitimar-se de modo inequívoco no seu primeiro

período (e, mesmo aí, com a ressalva do período *sidonista*), e no pós-25 de Abril, com a Constituição de 1976 e a recuperação dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Politicamente, esta constatação histórica torna-se ainda mais nítida, uma vez que a natureza dos regimes, as suas premissas e a sua atuação nos campos legislativo, jurídico e operativo são de tal modo dissemelhantes que é virtualmente impossível encontrar continuidades. Mas o que é um lugar-comum para a história, a ciência política e, até, para a filosofia, pode afinal não ser tão linear como isso quando se descreve a república sob outros pontos de vista, o que levanta, creio, o problema curioso de se saber, no fim de contas, o que constitui verdadeiramente um sistema de governo ou um contexto político e social. É este esforço particular que é levado a cabo na antologia *Literatura Portuguesa e a Construção do Passado e do Futuro*, com coordenação a cargo de Helena Buescu e Teresa Cristina Cerdeira – um conjunto de ensaios que nos força à conclusão de que, no limite, a única república portuguesa que tem *mesmo* cem anos é a chamada «república das letras».

A obra é constituída por 29 ensaios divididos em 8 secções temáticas («República, Modernidade e Poesia», «A Actualidade dos Clássicos», «A Literatura e a História», «Heranças de Oitocentos», «Portugal 1910-1915: Os Gestos Radicais», «A Agonia Republicana: A Literatura na Crise do

Estado», «Da Necessidade de Redemocratizar a Democracia: A Literatura Como Escrita da Liberdade» e, por fim, «Utopias e Impasses Republicanos nos Cravos de Abril»). Na primeira parte, Eduardo Lourenço escreve sobre as origens políticas e intelectuais da Iª República, Paula Morão sobre *Orpheu* e a sua genealogia antecedente e Jorge Fernandes da Silveira sobre a poesia da «geração 61»; na segunda, João Dionísio descreve a prevalência de tópicos da lírica galego-portuguesa na poesia contemporânea, Maria Theresa Abeilha Alves escreve sobre a atualidade do teatro vicentino, Francisco Ferreira de Lima apresenta-nos a *Peregrinação* no contexto da vida obscura do seu autor, Fernão Mendes Pinto, e Gilda Santos debruça-se sobre o modo como Jorge de Sena leu os clássicos da literatura portuguesa, numa perspetiva de recenseamento estatístico; na terceira parte, Cleonice Berardinelli dá conta da prevalência do mar em Camões e Pessoa, Helder Macedo fala da relação entre história e profecia na literatura de autores tradicionalmente associados a um registo histórico, como Fernão Lopes, o Padre António Vieira e Oliveira Martins, Maria de Fátima Marinho descobre um *continuum* tópico de legitimação entre Herculano, Mário Cláudio e Saramago, e Jane Tutikian escreve sobre o problema da identidade em Lídia Jorge e Helder Macedo; na quarta parte, Maria Fernanda de Abreu descreve a ideia de pátria em Garrett, Herculano e Camilo, Elza Miné escreve

sobre os pontos de contacto entre a «geração de 70» e a república brasileira (sobretudo pelo contributo de autores dessa mesma geração em publicações republicanas no Brasil), Monica Figueiredo analisa o modo como a noção de «testemunho» é central para uma ideia de história, a partir de Eça, Oliveira Martins e Guerra Junqueiro, e Isabel Pires de Lima descreve a ideia utópica da *res publica* a partir da vida e obra de Antero e Eça; na quinta parte, Maria Lúcia dal Farra descreve o modo como a *persona* pública e literária de Florbela Espanca foi, em parte, politicamente determinada, Fernando Cabral Martins analisa os primeiros passos da Iª República à luz da teatralidade extravagante de Pessoa, Sá-Carneiro e Pascoaes, e José Carlos Seabra Pereira faz uma excelente sinopse do(s) Pessoa(s) heterónimo(s) em relação com alguns dos tópicos literários e filosóficos importantes para a chamada «geração de *Orpheu*»; na sexta parte, Carlos Reis descreve o modo como o ano de 1968 prenuncia, pela produção literária nele contida, não apenas uma geração renovada de escritores mas também, e na mesma medida, o *gêrmen* de uma transformação social e política, Rosa Maria Goulart analisa o modo como Vergílio Ferreira e Miguel Torga testemunham as transformações políticas e sociais do seu tempo, Rosa Maria Martelo descreve o modo como, em *Finisterra*, Carlos de Oliveira constrói não só uma paisagem e um modo de vida, mas igualmente um complexo aparato social

e Lélia Pereira Duarte discute a posição, nem sempre contínua, de Augusto Abelaira no *neo-realismo* português; na sétima parte, Benjamim Abdala Junior descreve o contexto pós-moderno depois do colapso do imperialismo, Margarida Calafate Ribeiro defende a escrita de Lobo Antunes como enfática e deliberadamente democrática e Laura Cavalcante Padilha descreve um período importante da literatura pós-colonial centrado-se em Pepetela e Luandino Vieira; na oitava, e última secção, Vilma Arêas fala do modo como a literatura parece antecipar, num primeiro momento, e até exceder, depois, a revolução, socorrendo-se de textos de Augusto Abelaira, Almeida Faria e Lúcia Jorge, Clara Rocha descreve os usos paródicos de O'Neill na sua poesia, Manuel Gusmão defende a importância do ano de 1977 para a literatura portuguesa moderna e Ida Alves escreve sobre o modo como Sophia, Sena e Eugénio de Andrade dialogam com o «visível».

O que esta antologia amplamente nos mostra é que, por vezes, tanto o conhecimento histórico como a retórica bem compartimentada da ciência política têm muito a ganhar quando suplementadas por outros pontos de vista e por opiniões vindas de sítios onde, aparentemente, a ideia de uma *res publica* é levada a sério comprometida e ininterruptamente. Autores de proveniências tão diferentes (dos dois lados do Atlântico) mas de raízes, origens e uma

língua parecidas, parecem convergir, neste complexo e panorâmico mosaico, na ideia de que, pelo menos no que à literatura diz respeito, uma espécie de república intelectual, socialmente ativa e politicamente atenta, nunca deixou de existir. Talvez seja este, justamente, o traço que une os cem anos da república portuguesa, uma vez que a «república das letras» – que tem, neste *Literatura Portuguesa e a Construção do Passado e do Futuro* uma amplitude e escopo assinaláveis – parece ter sobrevivido a todas as cesuras, indecisões e congelamentos temporários de que nos fala a história e que nos explica a ciência política. Se descrevermos a república pelo lado da literatura, esta parece ser mais íntegra, coerente e robusta do que aquela que aprendemos nos bancos de escola ou nos editoriais dos grandes periódicos – e esta é uma lição que este livro espelha de modo exemplar. A um nível mais profundo, podemos inclusivamente dizer que, ao contrário do que pretendem «investidores», gurus da finança e especialistas em taxas e câmbios, a literatura tem, no limite, alguma utilidade. Pode não gerar lucros milionários nem contribuir para as tendências dos mercados mas, pelo menos no país pequeno, pobre e periférico que é Portugal, parece ter servido para, pelo menos, manter de pé uma república que, sem ela, teria certamente muito menos de cem anos.

Ricardo Namora